

A desconstrução de Paulo Freire ou a falácia argumentativa?

David Ferreira Severo¹

Suelen Antunes Wolf²

71

Resumo

Este trabalho pretende desenvolver uma análise crítica da obra intitulada “Desconstruindo (ainda mais) Paulo Freire”, de Thomas Giulliano dos Santos, a fim de reavivar as discussões teóricas em torno do Patrono da educação brasileira, a partir da visão daqueles que questionam a contribuição de Freire às ideias pedagógicas no Brasil. Nesse contexto, amplia-se também o campo para a guerra de narrativas e fake opinion, porque Paulo Freire e sua obra são utilizadas para transmitir notícias a todo instante, de modo que tanto a informação quanto a desinformação convivem lado a lado, evidenciado a diferença de narrativas sob diferentes pontos de vista e construções falaciosas, que negam os fatos históricos, com intenções, especialmente, político-ideológicas.

Palavras-chave

Paulo Freire; Comunicação; Guerra de narrativa; Crítica.

Recebido em: 09/02/2023

Aprovado em: 28/03/2023

¹ Instituto Federal do Paraná, Paraná, Brasil.
e-mail: prof_severo@hotmail.com

² Instituto Federal do Paraná, Paraná, Brasil.
e-mail: suelenwolf@outlook.com

Paulo Freire's deconstruction or the argumentative fallacy?

Abstract

This work intends to develop a critical analysis of the work entitled “Desconstruindo (ainda mais) Paulo Freire”, by Thomas Giulliano dos Santos, in order to revive theoretical discussions around the Patron of Brazilian education , from the perspective of those who question Freire's contribution to pedagogical ideas in Brazil. In this context, the field for the war of narratives and fake opinion is also widened, because Paulo Freire and his work are used to transmit news at all times, so that both information and disinformation coexist side by side, highlighting the difference of narratives from different points of view and fallacious constructions, which deny historical facts, with intentions, especially, political-ideological ones.

Keywords

Paulo Freire; Communication; Narrative war; Criticism.

A comunicação faz parte dos seres humanos desde os primórdios da formação da sociedade e, até os dias de hoje, garante com que consigamos transmitir nossas ideias e pensamentos, principalmente a partir das inovações tecnológicas, a exemplo da internet. Nesse contexto, as redes sociais aceleram tanto os processos de informação quanto de desinformação, evidenciando a arena perfeita para o duelo de guerra de narrativas e de palco ideológico. Um exemplo típico desse fenômeno é o campo político em que se sobressai, muitas vezes, o apelo às falsidades que perturbam a paz social.

O Brasil vive um momento preocupante e assustador após os protestos gigantescos de 2013, que levaram milhares de pessoas às ruas do país sob o pretexto de lutar pelo fim da corrupção, e que mudaram os rumos de nossa história recente. Um ano antes, em 2012, Paulo Freire (1921-1997) fora eleito, pelo Congresso Nacional, o Patrono da educação brasileira. Mas o que esses dois episódios têm em comum? Na verdade, a resposta a essa questão é simples: embora as manifestações de 2013 não tinhão Paulo Freire como principal alvo, o fato é que após esse ano, o pensador brasileiro foi um dos principais alvos de críticas dos setores conservadores da sociedade, ao atribuí-lo como o principal responsável pelo fracasso da educação do Brasil.

Somam-se a essas acusações, muitas outras, tais como: a pedagogia de Paulo Freire retira a autoridade do professor, afirmundo-se que educadores e educandos têm saberes iguais; que ele era marxista e estava preparando uma militância comunista para implantar a ditadura do proletariado no Brasil, sendo, por isso, exilado do país pelo Regime militar de 1964, dentre outras notícias espalhadas por aí (SEVERO et al, 2022).

Paulo Freire figura entre os autores mais elogiados e mais criticados quando o assunto é educação no Brasil. No entanto, no que se refere às críticas, a vasta maioria delas é feita por pessoas que não necessariamente leram a obra do

educador, e que repetem à exaustão noções equivocadas sobre ele e suas produções, ou como se tem chamado recentemente, propagam Fake News. Os jornalistas Reinaldo Azevedo (2019) e Hélio Júnior (2020) têm chamado a atenção para outro conceito, corolário ao anterior, denominado "fake opinion", quando uma informação ou opinião é baseada em dados falsos, que simplesmente não existem, mas que acabam influenciando outras pessoas.

É nesse contexto que apresentamos ao leitor o livro intitulado Desconstruindo (ainda mais) Paulo Freire publicado em 2019, de autoria de Thomas Giulliano dos Santos, cujo objetivo é discutir a contribuição (ou não) de Freire para a educação no Brasil. Santos mistura história, filosofia, sociologia e educação para explicar como o Patrono da educação não é merecedor desse título. Uma passada de olhos pelo título provocativo e pela bibliografia já é suficiente para despertar a curiosidade do leitor, que gosta ou não de Paulo Freire: Karl Marx, Benito Mussolini, George Orwell, Hannah Arendt e Sigmund Freud são algumas referências usadas por Santos, cuja formação é em História e Literatura brasileira pela PUC (RS).

Apesar de partirmos do pressuposto de que Paulo Freire não é uma unanimidade entre os estudiosos, pois de fato há quem o critique, mas há também quem o elogie, aqui pretendemos descrever e analisar o livro citado para além das guerras de narrativas que marcam os dias atuais. No debate das ideias nem sempre há dois lados, mas sim os fatos; e é com base nos fatos que conhecemos sobre a biografia e a obra de Paulo Freire que analisaremos o livro em questão.

O primeiro capítulo “Cartas a Cristina - reflexões sobre minha vida e minha práxis: resenha crítica”, como o próprio título indica, tece uma análise descritiva e crítica sobre o livro de Paulo Freire. Aqui, o historiador Giulliano dos Santos dá o tom característico da adjetivação que permeia todos os capítulos do seu livro. Ao analisar a obra Cartas a Cristina, o autor afirma que esse texto trata-se de uma “peça de demagogia travestida de cartas” ou um conjunto de “idealismo moral

hipócrita” e sobre o pedagogo brasileiro sobram epítetos desclassificados, tais como, “cínico”, “mentiroso”, dentre outros. Fora isso, Santos percebe muito bem que Cartas a Cristina tem um cunho autobiográfico e expressa diálogos entre Paulo Freire (quando estava no exílio) e sua sobrinha, que tinha curiosidade em conhecer o percurso do autor fora do país em função do Golpe militar de 1964. Além disso, Freire ocupa a maior parte do livro, destacando as suas experiências de alfabetização no Brasil, antes de 1964, bem como os principais conceitos que subjazem à pedagogia como prática de liberdade por meio da humanização.

Santos questiona o papel de Freire no desenvolvimento de uma filosofia da educação capaz de despertar a tomada de consciência dos educadores e educandos, e faz pouco caso de sua pedagogia crítica que visa romper com os processos de dominação. Na conclusão do primeiro capítulo, afirma que ao longo de todas essas cartas “se encontram poucas soluções racionais à compreensão dessa prática fantasiada de humanismo, mas que reitera a certeza de que as relações mentais dos homens surgem como refluxo direto do seu comportamento material” e que “não levam em conta a linguagem da vida real, segundo a qual os seres humanos são diferentes e que qualquer criança pode fracassar em uma coisa e ter êxito em outra” (SANTOS, 2019, p. 26). Ora, quem realmente leu Cartas a Cristina, sabe que a unidade de vida e obra de Paulo Freire reside no vínculo entre as práticas de ensino em consonância com a realidade social dos estudantes, por isso as ilações levantadas por Santos não conseguem se sustentar com base em argumentos consistentes.

O segundo capítulo intitulado “O suor de Anchieta irrigou o solo do Brasil” é escrito para questionar o título de Patrono da educação de Paulo Freire, em desfavor do Padre José de Anchieta, o seu preferido. O autor inicia o texto dand-nos a entender que Paulo Freire defendia um ensino alienado, no qual os educandos não eram ensinados a serem críticos e a pensarem por si próprios. A seguir, ele afirma que, em se tratando de uma terra de grandes riquezas, deveríamos ter vários patronos para a educação, pois segundo ele, apenas uma

pessoa não é capaz de possuir imensa sabedoria e amor perante tantas áreas diferentes do conhecimento. Santos demonstra uma grande admiração por José de Anchieta e chega mesmo a defender que ele é quem deveria ocupar o lugar de Freire, por conter maior importância na história do Brasil.

76

O autor novamente afronta Paulo Freire com adjetivações pejorativas e indaga o fato de a população brasileira ter aceitado o mesmo para o cargo de representante da educação, pois, segundo Santos, Freire sempre foi um indivíduo aterrorizante e um mentiroso contumaz. Prossegue atacando as suas obras, afirmando que as mesmas são extremamente banais e, que ambicionava admiração dos “infelizes e miseráveis” para se favorecer. O autor afirma uma impossibilidade de diálogo entre Paulo Freire e as várias massas de brasileiros, e, que ele menosprezava o potencial humano. Por fim, ele cita três importantes obras que expressam os fundamentos do pensamento de Freire, a saber: Educação como prática da liberdade; Pedagogia do oprimido e Pedagogia da esperança, para afirmar que a sua filosofia e seu método pedagógico “são desenvolvidos segundo o entendimento de que o homem não é o principal agente de seu progresso individual” (SANTOS, 2019, p. 32).

Novamente aqui, é preciso analisar com cuidado a afirmação de Santos, pois o reducionismo simples, com o qual ele submete as ideias de Freire pode levar o leitor a interpretações equivocadas. De fato, uma das grandes inovações da pedagogia freireana é considerar que o sujeito da criação cultural não é individual, já que a transformação social é um pressuposto da coletividade. Nas palavras do próprio Paulo Freire encontramos: “"Ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo." (FREIRE, 1981, p. 79). Contudo, é na mesma Pedagogia do oprimido que Freire defende a ideia da escola como um espaço de ensinar o educando a "ler o mundo" para poder transformá-lo. Isso não é mera utopia, mas um imperativo histórico de compromisso com a realidade objetiva.

O capítulo três traz o título: “Parâmetros Curriculares Nacionais: sinônimo de penitenciária escolar”. Apesar de iniciar essa parte com um título que compara os Parâmetros Curriculares Nacionais à penitenciária escolar, não fica claro e evidente no texto o porquê desta comparação. Ele ataca as premissas intelectuais que sustentam os PCNs, imputa às propostas do documento um caráter de imoralidade e afirma que apesar de os documentos se apresentarem como defensores da escola laica, as diferenças culturais do nosso país são utilizadas para instrumentalizar a escola como transmissora de ideologias.

Apesar dessa série de acusações, é evidente no texto a fraqueza argumentativa para defendê-las. O autor também acusa os documentos de odiarem o passado monárquico e colonial e de ignorarem a herança europeia, especificamente a portuguesa, enquanto constituintes da cultura brasileira, considerando que o Brasil autêntico é aquele formado exclusivamente por uma mistura “índio-escravo”, nas palavras do autor (SANTOS, 2019, p. 35). Afirma que o documento valoriza uma ideia de maniqueísmo histórico, de oposição entre poderes opostos, o bem e o mal, um passado colonial e monárquico sombrio e a possibilidade de um futuro luminoso. Na ausência de poder argumentativo para defender suas afirmações, Santos conduz a escrita do capítulo recorrendo a ataques e ofensas insustentáveis, acusando inclusive os escritores dos parâmetros de analfabetos funcionais e afirmando que os materiais didáticos que derivam deste documento trazem noções erradas, sem especificar que noções erradas são essas, e que contribuem para “aprisionamentos éticos e sociais” (2019, p.41). Apesar de estar inserido em um livro que fala sobre desconstrução de Paulo Freire, fica parecendo um capítulo perdido e desconexo, uma vez que o autor não recorre a Paulo Freire ao longo deste capítulo para mostrar de que forma um ataque aos parâmetros podem auxiliar na desconstrução da figura de Paulo Freire. Não há nenhuma relação entre a discussão empreendida no capítulo com as ideias de Paulo Freire, mas, da forma como foram destacados os argumentos, o leitor pode ser levado a acreditar que Freire tenha influenciado a confecção do parâmetro curricular nacional.

Outro texto que vai na mesma linha de raciocínio apresentada no parágrafo anterior é o capítulo quatro intitulado “Gênero e Paulo Freire”. O título do capítulo chama bastante atenção, pois ao lê-lo distraidamente no primeiro momento, o leitor pode acreditar que se trata de uma análise sobre a forma como Freire escreve, mas, não discute a questão de construção de gênero. Assim como em todos os capítulos do livro, o autor traz uma citação de George Orwell que, neste caso, é uma citação do livro 1984, que parece dar a ideia de que os pais devem temer as escolas pois elas estariam doutrinando as crianças para práticas ilícitas.

Mais uma vez, Santos usa como estratégia tecer ofensas à pessoa de Paulo Freire para, ao longo do capítulo, tenta ligar Freire ao Programa de educação sexual das escolas municipais de São Paulo, um curso idealizado pela psicóloga Marta Suplicy, com o objetivo de prevenir a gravidez na adolescência. Realmente, quando Freire fora Secretário municipal de São Paulo, ele procurou trazer para as escolas temas transversais que contribuem para a formação integral dos educandos. Contudo, Santos distorce as informações e constrói uma ilusão ou uma falsa ideia de que Paulo Freire era o mentor de Marta Suplicy, e que o referido programa tinha objetivos escusos de destruir a família natural e incentivar o aborto. Ora, essas informações são absurdas por si só, além de não ter amparo na realidade, pois não há registro de que Paulo Freire tenha sido orientador de Marta Suplicy, os próprios fragmentos de trechos do livro de Suplicy deixam claros que as discussões eram no sentido de conscientização, sobretudo as estudantes meninas, sobre os problemas da gravidez na adolescência, sem nenhuma menção ao aborto.

No conjunto, os quatro capítulos iniciais do livro de Tomas Santos revelam um comportamento típico de militante de extrema direita, cujo objetivo é disseminar desinformação, por meio de falácias argumentativas. A liberdade de opinião não pode ser um salvo-conduto para propagar ideias baseadas em algo que não existe, ou para usar a expressão de Hélio Júnior, em fake opinion que distorce os fatos.

Os capítulos cinco e seis podem ser analisados em bloco, seja pelas características provocativas de seus títulos, seja pelo tom sarcástico com que o autor se dirige aos admiradores de Paulo Freire. Primeiro vamos aos títulos que, respectivamente, são os seguintes: “A vaca acadêmica” e “Manada, Abesana, Armento, Cingel, Horda, Julgada, Jugo, Junta”. Inicialmente, Santos profere insultos contra Paulo Freire, considerando-o um homem descabido de sabedoria e, que a única vontade era a de ter o seu método de ensino aplicado, independente das consequências que tal ato geraria na vida das pessoas. No decorrer do capítulo quinto, observamos que o autor não só acomete a integridade de Freire, mas sim, a de todos aqueles que simpatizam com a pedagogia libertadora. Mas é no capítulo sexto que Santos escreve as seguintes palavras:

Os diferentes bovinos que compõem a massa dos sectários seguidores de Paulo Freire são extraordinariamente influenciáveis e crédulos. Elite regredida à condição de massa ornada de títulos acadêmicos, pensa por imagens que se evocam associativamente umas às outras (SANTOS, 2019, p. 69).

Além dos ataques gratuitos, Santos traz afirmações novamente falaciosas, primeiramente afirmindo que Paulo Freire incentivava o sectarismo de esquerda, como menos pernicioso do que o sectarismo de direita; e que o pedagogo assimilou que só no comunismo existiria o pleno desenvolvimento social dos meios de produção (SANTOS, 2019, p. 69-70). Essas teses não se sustentam, pois Paulo Freire sempre chamou a atenção para o perigo da manipulação de políticas populistas (FREIRE, 1981, p. 36), seja de qualquer vertente ideológica fosse. Sobre a apologia ao comunismo, é preciso esclarecer que Paulo Freire precisa ser lido à luz do contexto histórico de suas produções, porque, se por um lado, ele expressou simpatia pelas revoluções socialistas ocorridas nas décadas de 1950 e 1960, na América latina; por outro lado, ele criticou os extremismos desse mesmo regime nos livros pós Pedagogia do oprimido. Aliás, em uma de suas últimas publicações, Paulo Freire condena veementemente os dogmatismos, inclusive os dos partidos políticos progressistas e reacionários, propondo uma reflexão política em favor do fortalecimento da democracia brasileira (FREIRE, 1995).

A “Análise do Plano Nacional de Educação (2014-2024)” é o título do sétimo capítulo e, mais uma vez, carece de estabelecer alguma relação com a figura de Paulo Freire. O motivo de desenvolvimento desse capítulo é a afirmação de que o Plano Nacional de Educação (PNE) sempre representará a renúncia moral do indivíduo, embora o autor não tenha esclarecido esse ponto de vista.

80

Santos afirma que o plano é influenciado por ideias do socialismo utópico. É uma necessidade constante do autor afirmar que esses documentos que buscam orientar para melhorias e investimentos no campo educacional se relacionam com propostas socialistas. Nesse mesmo sentido ele acusa o PNE de ter um caráter intervencionista e socialista. Exatamente a mesma informação que ele fala do PCN ele também diz sobre o PNE, de que é “sustentado pela crença de que igualdade e justiça são a mesma coisa e pela apropriação demagógica do contraste brasileiro de uma elite muito rica e uma classe vivendo na pobreza extrema” (SANTOS, 2019, p. 75).

Ele critica os debates que se deram em torno da produção do PNE afirmando que na verdade o documento reúne uma série de consensos, uma vez que as diversas entidades da sociedade civil que participaram das discussões “estão fundamentadas nas mesmas bandeiras ideológicas, em que a pedagogia é uma exortação à ação humana direta que produzirá o novo mundo” (SANTOS, 2019, p. 77).

Necessidade constante de criticar pressupostos presentes no documento como a universalização da educação, estímulo à cidadania e erradicação de discriminação. Traz citações desconexas do documento sem explicar a crítica que apresenta, por exemplo, cita um trecho que fala sobre o ENEM e sua universalização, mas somente cita e não discorre sobre sua crítica ao trecho. Critica afirmando que o documento se baseia em dois componentes: a paixão igualitária e o pensamento utópico. Ataca o PNE pois se declara contrário a toda e qualquer forma de controle nacional sobre a educação. Ataca os investimentos em educação, ataca os professores. Aponta como problemas da educação

brasileira “as greves (que dependendo do governo são mais intensas), a farra dos atestados médicos, a desqualificação dos quadros escolares, a sindicalização do ensino e a incontestável existência das ‘escolas de espírito crítico” (SANTOS, 2019, p.82). Considera que um sistema de unidade nacional possui natureza totalitária. Diz que um simples documento não assegura nada.

81

Novamente esse é mais um capítulo no qual falta articulação com Paulo Freire. O objetivo não está em desconstruir Paulo Freire, mas sim em desconstruir toda forma de ideia, propostas, leis e documentos que se voltem para democratização do ensino, redução de desigualdades históricas, sobre a crítica superficial de que esses documentos valorizam o tal maniqueísmo que o autor tanto repete, sem caracterizá-lo e nem articulá-lo de modo coeso e coerente à discussão.

O capítulo oito intitulado “Precisamos ter um MEC?”, Santos basicamente prega o fim do Ministério da Educação, ao defender que a centralização do ensino é nefasta, uma vez que o sistema não atende às condições geográficas do país e à necessidade de adaptação crescente da escola aos interesses e às exigências regionais. Aparentemente esse é um argumento válido para quem pede o fim do MEC, embora o capítulo não estabeleça nenhum diálogo com o tema em Paulo Freire.

O ponto fundamental para refutar esta questão particular é que a unidade exercida pelo MEC pressupõe multiplicidade e é nesse princípio, ancorado na aplicação da doutrina federativa e descentralizadora, que teremos de buscar o meio de levar a cabo, em toda o país, a atuação coordenada do MEC. Como sabemos, a União, na capital federal, aos estados e aos municípios, nos seus respectivos territórios, é que deve competir a educação em todos os níveis, dentro dos princípios gerais fixados na Constituição Federal (1988) e na LDB (1996), que devem conter, com a definição de atribuições e deveres, os fundamentos da educação nacional. Ao governo central, pelo Ministério da Educação, caberá a política de melhoria da educação e de fiscalização aos princípios estabelecidos na legislação, fazendo executar as orientações e os rumos gerais da função

educacional, estabelecidos nos documentos referidos. Não há, portanto, uma centralização das ações, mas a facilitação de um intercâmbio pedagógico e cultural em todo o país.

A última parte do livro, por fim, é um apêndice em que o autor coloca três resenhas da publicação do primeiro livro (“Desconstruindo Paulo Freire”, de 2017), do qual este ora resenhado é uma continuação. A primeira resenha intitulada “Desconstruindo Paulo Freire: uma proposta necessária”, autoria de Luccas Berlanza, é seguida por outra cujo título “Desconstruindo Paulo Freire - o terrível patrono da deseducação brasileira” é assinada pelo próprio autor Thomas Giulliano dos Santos; a última resenha é de Francisco Escorsim intitulada também “Desconstruindo Paulo Freire”. Esses textos têm em comum o fato de serem publicadas em jornais ou blogs de canais conservadores, como o Gazeta do Povo e o Instituto Liberal.

82

Diante do exposto, estamos diante de uma obra na qual o seu autor avalia a contribuição de Paulo Freire para a educação, a partir da análise biográfica e da obra de pedagogo brasileiro. Contudo, observamos ao longo do livro que muitas das informações trazidas por Santos não conduzem com a obra original de Freire e nem com o seu pensamento sobre a educação brasileira. Santos força uma linha argumentativa na qual durante a produção e a formação de sua opinião, os fatos objetivos têm menos influência do que os apelos às emoções e às crenças pessoais. Desse modo, o seu livro perde o rigor da veracidade das informações que foram colocadas em sua obra.

Referências

- AZEVEDO, R. Lula, o julgamento 2: “Fake opinion” é irmã gêmea e crítica da “fake news”. UOL, São Paulo, 23 abr 2019. Notícias. Disponível em: <https://reinaldoazevedo.blogosfera.uol.com.br/2019/04/23/lula-o-julgamento-2-fake-opinion-e-irma-gemea-e-critica-da-fake-news/>. Acesso em: 29 mar 2023.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 9 ed., Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1981.
- _____. À sombra desta mangueira. São Paulo: Olho d'água, 1995.
- HÉLIO JÚNIOR, J. Fake opinion: nem tudo é uma questão de opinião. Recife: Virtual Books, 2020.
- SANTOS, Thomas Giulliano. Desconstruindo (ainda mais) Paulo Freire. São Paulo: Expressa, 2019.
- SEVERO, D. F. et al. Freire ou fake? Do debate à produção de um podast. In.: BRAHIM, A. C. S. de M.; BEATO-CANATO, A. P. M. Pedagogia freiriana, educação linguística e linguística aplicada. São Paulo: Pimenta cultural, 2022.